
AS ARMADILHAS DO DISCURSO QUE ENVOLVE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA¹

THE SPEECH TRAPS THAT INVOLVES THE PROCESS OF HYDROELECTRIC PLANTS IMPLEMENTATION IN THE AMAZON

Eduardo Margarit²

RESUMO: Grandes projetos de usinas Hidrelétricas estão sendo desenvolvidos na Amazônia sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e se demonstram como necessárias ao desenvolvimento econômico do País. Para tanto, diante da problemática ambiental que envolve as usinas hidrelétricas na Amazônia, o Estado desenvolve um discurso para promover a aceitação destes grandes projetos pela opinião pública em geral, e vêm se utilizando de mecanismos autoritários para efetivá-los. Desta forma, torna-se necessário desconstruir o discurso do Estado, que envolve os grandes projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia, e revelar os reais motivos pelos quais estas estão sendo implantadas, já que os grandes projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia destinam-se, massivamente, aos setores hegemônicos da economia.

Palavras-chave: Amazônia, Desenvolvimento, Estado, Hidrelétricas, PAC.

ABSTRACT: Big hydroelectric plants projects are being developed in the Amazon under the auspices of the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), of the Federal Government, and it demonstrate necessary to the economic development of the country. To do so, given the environmental issues surrounding the hydroelectric plants in the Amazon, the State develops a speech to promote the acceptance of these big projects by the public opinion in general, and come up using authoritarian mechanisms to effect them. Thus, it is necessary to deconstruct the discourse of the State, that involving big hydroelectric plants projects in the Amazon, and reveal the real reasons for which they are being implemented, since big hydroelectric plants projects in the Amazon are intended, massively, to the hegemonic sectors of the economy.

Key words: Amazon, Development, Hydropower, PAC, State.

1 Este artigo é resultante de pesquisa iniciada em 2012 com a publicação do trabalho intitulado: “As hidrelétricas do bem: perspectivas e realidade do discurso que envolve o Complexo Hidrelétrico do Tapajós” no XVII Encontro Nacional de Geógrafos, e da preparação de artigo para o VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, sob o título: “A falácia que envolve os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia e os mecanismos do Estado para sua implantação”.

2 Professor do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: eduardo-max@bol.com.br

Artigo recebido em maio de 2013 e aceito para publicação em julho de 2013.

Introdução

A Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo e concentra grande potencial de aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia. Estudos acerca do potencial de aproveitamento dos rios da Amazônia para a geração de energia são realizados desde a década de 1950, entretanto, o aproveitamento deste potencial foi restrito, até o momento, devido ao alto custo de implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia e, principalmente, de redes de transmissão para os grandes centros consumidores. Desta forma, foi preterido, até então, o aproveitamento de outras fontes potenciais de produção de energia hidrelétrica mais próximas do mercado consumidor, concentrado na Região Centro-Sul do Brasil. Atualmente, o aumento da demanda de energia elétrica associado ao esgotamento da capacidade de aproveitamento do potencial hídrico mais próximo dos grandes centros consumidores provocou o redirecionamento das políticas de ampliação do sistema de produção de energia elétrica para a Amazônia, onde ainda é possível a geração de energia elétrica em grande volume e baixo custo, através de hidrelétricas. Nesse sentido, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê a construção de diversos projetos de geração de energia elétrica, cuja maior parte da capacidade instalada em hidrelétricas está na Amazônia.

A ampliação da capacidade de geração de energia elétrica do País se demonstra como necessária ao desenvolvimento econômico, que está diretamente relacionado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do consumo interno e das exportações. Entretanto, construir novas usinas hidrelétricas implica em problemas sócioambientais latentes, que ocupam cada vez mais espaço na mídia e são alvos de crítica da sociedade em geral. Quando se trata de Amazônia a sociedade é ainda mais incisiva em repudiar ações degradantes do cenário socioambiental, aumentando a rejeição aos representantes políticos em nível local, nacional e global.

Diante da problemática ambiental que envolve as hidrelétricas na Amazônia, o Estado desenvolve um discurso para promover a aceitação destes grandes projetos pela sociedade em geral, através de uma estratégia de marketing governamental que difundiu uma ideia de desenvolvimento com distribuição de renda e redução da pobreza, que apesar de não refletir a realidade concreta, cria uma psicofera positiva para a implantação destes projetos. Ainda que o marketing ideológico do Governo Federal venha gerando ampla aprovação da sociedade às políticas públicas em curso, persiste a resistência de alguns grupos organizados à implantação de hidrelétricas na Amazônia. Para que estes grupos de resistência não desestabilizem os projetos do Estado são utilizados mecanismos autoritários e repressivos, violando direitos da sociedade.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar o discurso que envolve o processo de implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia e os mecanismos utilizados pelo Estado para efetivar sua implantação. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo, entrevistas, pesquisa bibliográfica e coleta de dados e informações em sites de órgãos públicos. O trabalho de pesquisa também é resultado de militância junto aos movimentos sociais do Oeste do Pará, que estão sendo atingidos por diversos destes projetos. Desta forma, o texto é orientado no sentido de desconstruir o discurso do Estado que envolve os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia e revelar os reais motivos pelos quais estas estão sendo implantadas.

As armadilhas do discurso desenvolvimentista

A Amazônia é uma região de grandes dimensões, com grande diversidade ambiental e social. Na mesma proporção desta diversidade e magnitude surgem na Amazônia grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento. Sob este prisma, foram

realizadas diversas intervenções territoriais na Amazônia na década de 1970, baseadas na construção de rodovias e no desenvolvimento de projetos de colonização e atividades produtivas ao longo das mesmas, que causaram inúmeros impactos sócioambientais.

Atualmente, novas obras de infraestrutura realizadas através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão sendo realizadas sob essa mesma dimensão ideológica, ou seja, a construção de rodovias, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, entre outras, para promover o desenvolvimento. No contexto recente destacam-se a construção de hidrelétricas, em grande número e dimensão, na Amazônia. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu e de Complexos Hidrelétricos no Rio Madeira e Tapajós se tornaram símbolos do “desenvolvimento” e “progresso” para o Estado, e de luta e resistência para as populações impactadas por estes empreendimentos. As hidrelétricas são sinalizadas pelo Governo Federal como indispensáveis para o desenvolvimento econômico, mas são identificadas como tragédias iminentes pela população diretamente afetada, que sofrerá os impactos ambientais e os deslocamentos forçados pela construção das barragens.

Portanto, é através de estratégias de marketing que o Estado está tentando promover a maior aceitação da sociedade e das instituições às grandes obras de infraestrutura. Para tanto, a Eletrobrás lançou uma cartilha intitulada “Um novo conceito em hidrelétricas”, onde se utiliza do termo “hidrelétricas do bem” para se referir às usinas hidrelétricas que farão parte do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. De acordo com o documento, a utilização de um novo conceito de “usinas-plataformas”, baseadas no modelo de exploração de petróleo em alto-mar, não causaria grandes intervenções e impactos sócioambientais (BRASIL, 2012).

Baseado no discurso do Estado de que as “hidrelétricas do bem” promoveriam o desenvolvimento sustentável e minimizariam os impactos sócioambientais torna-se fundamental questionar esta estratégia, já que, historicamente, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia causa inúmeros impactos sócioambientais, com severas alterações nas configurações territoriais das populações tradicionais. Portanto, o conceito de hidrelétricas “do bem” - adotado para a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós - não supera, na sua essência, o modelo vigente na Amazônia. Na verdade, é uma forma de continuar mantendo os ganhos do capital sob um discurso “sustentável”, que combina com as soluções do capital para a crise climática e ambiental. Logo, as hidrelétricas “do bem” continuariam produzindo os mesmos (ou maiores) impactos sócioambientais.

A criação do que Santos (1996) chama de uma psicofera positiva sobre estes empreendimentos oculta os verdadeiros interesses envolvidos nestas obras e quais são os maiores beneficiários e prejudicados pela construção de hidrelétricas na Amazônia. Por mais que os novos projetos de construção de hidrelétricas tentem minimizar os impactos sócioambientais estes ainda continuarão ocorrendo de forma intensa, extensa e irreversível.

A nova racionalidade criada pelos atores hegemônicos a partir da re-organização do espaço na Amazônia ocorre sob a modernização do meio técnico-científico informacional. Com isso, novas redes são estabelecidas, aumentando os fluxos e tornando mais fluidas as relações sociais e econômicas, resultando na compressão da relação espaço-tempo. Estas transformações, baseadas em um maior dinamismo e rapidez das coisas, são a base dos discursos desenvolvimentistas do Estado, que sustentam através destes argumentos a necessidade de realizar grandes projetos de infraestrutura.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade

do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996. p.173).

Da mesma forma, todo o progresso técnico é anunciado como benéfico à população como um todo e tomado como símbolo de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida. No entanto, tais discursos, embasados em uma racionalidade hegemônica, não passam de falácia à população em geral, que pouco ou nada se beneficiam da maioria das políticas públicas em curso atualmente.

Apesar do discurso de desenvolvimento econômico promover uma melhoria nos indicadores de empregos formais, esse crescimento é baseado na criação de uma estrutura cada vez mais desigual e perversa. A nova lógica produtiva, baseada no uso intensivo da técnica, com modernos sistemas de engenharia, apesar de trazer consigo um discurso de modernidade, continua tendo como base a baixa remuneração do trabalhador. Não à toa, a instalação de grandes indústrias em pequenas e médias cidades é assegurada com a vinda de migrantes, provenientes principalmente da Região Nordeste, para a construção e operação das atividades que exigem menos qualificação.

Para continuar viabilizando a expansão do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado é necessária a criação de um ambiente favorável, onde as ideias de desenvolvimento para o Estado e para o setor produtivo sejam as mesmas para a população, de forma que não haja relações conflitantes. Bourdieu (1989) sinaliza que esta produção de ideias visa à mobilização de um grupo, garantindo a adesão, o controle e a conquista do poder. Faz-se necessário desconstruir este discurso que vem arrebanhando novos adeptos, devido, principalmente, à força da mídia, cada vez mais utilizada pelos órgãos públicos como forma de propagar um marketing ideológico do modelo nacional/global de desenvolvimento.

O discurso desenvolvimentista praticado pelo Estado serve como uma doutrina política, que deve ser seguida por todos. Foucault (1996) faz uma análise dos discursos e chama a atenção para a pertinência do discurso quanto a sua autoria e a doutrina, destacando-o como um instrumento de pertença, ligando os indivíduos e estabelecendo sua sujeição aos discursos. O discurso praticado pelo Estado está repleto de significações para a população, na medida em que afirma que o desenvolvimento econômico trará melhorias nas condições de vida, refletindo na pertinência do discurso para a população, mas repleto de armadilhas.

Para entender as armadilhas do discurso desenvolvimentista praticado pelo Estado é necessário entender o que é o desenvolvimento e seus significados simbólicos. Desenvolvimento é o nome dado a ideia de dominação da natureza que embasa o projeto civilizatório capitalista. Por desenvolvimento entende-se o afastamento do ambiente natural, a urbanização, a industrialização e qualquer outra forma de intervenção do homem na natureza. O desenvolvimento tornou-se o triunfo da Europa e dos Estados Unidos e referência para todos os outros países, de forma que, pensar em países da América Latina, África e Ásia como subdesenvolvidos, significa a pretensão de se alcançar o desenvolvimento. Desta forma, criou-se um padrão universal de busca por igualdade por aquilo que se denomina desenvolvimento, suprimindo a diferença e a diversidade, em uma constante e banal meta de estabelecimento de padrões de vida eurocêntrico e estadunidense. Sob este aspecto a Amazônia se destaca como um dos principais cenários das contradições da globalização do desenvolvimento, se tornando símbolo da questão ambiental (GONÇALVES, 2006).

O desenvolvimento na Amazônia significa a apropriação do que Becker (2004) chama de Capital Natural, que representa uma fronteira onde a natureza pode ser valorizada como capital e sua apropriação significa o controle do capital natural. Entretanto, a apropriação deste

capital natural está relacionada com uma sucessão de conflitos entre pertinências territoriais. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, grileiros, latifundiários, políticos, ambientalistas, organizações não-governamentais, entre tantos outros atores, participam na simbiose de projetos políticos que se entrecruzam e se confrontam na Amazônia.

As políticas públicas contemporâneas para a Amazônia são, por si só, conflitantes, já que, desde a década de 1990, o Governo Federal caminha em direções opostas na formulação de políticas para a Amazônia. Nos últimos 20 anos foi criado na Amazônia um mosaico de áreas protegidas, que promovem uma política endógena, na medida em que protege os ecossistemas e populações tradicionais. Em contrapartida, grandes projetos de infraestrutura também avançaram, fortalecendo uma política exógena, a partir da formação de corredores de transporte e desenvolvimento (BECKER, 2004).

Gonçalves (2001) relembra que o que ocorreu nas Minas Gerais no século XVIII, se repetiu na Serra dos Carajás e na construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Balbina no século XX, quando inúmeros territórios indígenas e de populações tradicionais foram violados para delas se extrair riquezas, deixando um legado de miséria e destruição em seu entorno. Ao que tudo indica nada mudou. O tão proclamado desenvolvimento econômico ainda não resultou em um desenvolvimento da consciência humana no que tange ao respeito às populações tradicionais. A construção de usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia no século XXI, promovidas pelo PAC, continua a desrespeitar os povos indígenas e populações tradicionais. O desenvolvimento tecnológico e científico precisa ser acompanhado de justiça social e preservação ambiental.

Mas isso exigiria que abandonássemos a idéia de querermos ser do Primeiro Mundo que aí está. Aí sim teríamos, de fato, nos libertado. Ou podemos continuar nos inspirando nesse mesmo Primeiro Mundo invocando o direito de fazer aqui o mesmo genocídio e a mesma devastação que eles fizeram em seus territórios. Não se pode negar uma perspectiva nacional de busca de uma solução própria, original, de um outro modo de projetar o futuro da região e da humanidade (GONÇALVES, 2001. p.77)

É sob esse prisma que a concepção de desenvolvimento clássica precisa ser abandonada. A expansão das forças produtivas a qualquer custo já demonstra sinais de esgotamento e as ideias de desenvolvimento sustentável já passaram da hora de se tornar mais do que apenas ilusões criadas pelo capitalismo para mascarar os impactos sócioambientais gerados por esse modelo.

Apesar dos nítidos limites ao atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, este ainda continua a buscar incessantemente a elevação do PIB, como forma de garantir maior inserção da economia brasileira no mercado global e destacar-se no cenário econômico internacional, em um jogo banal de confrontação de riquezas e poder entre as nações. Para tanto, o Estado continua a exercer papel preponderante no desenvolvimento de infraestrutura, que se demonstra como indispensável para a instalação de indústrias e empresas, que, por sua vez, é apresentado como solução para a geração de empregos, renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população. Tais prerrogativas são a assertiva básica para perpetuar um modelo de desenvolvimento calcado em uma lógica territorial nacional/global, que visa integrar territórios aos circuitos produtivos, para ocupar e extrair recursos necessários à manutenção e ao desenvolvimento capitalista.

Grandes projetos, grandes mentiras

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 2007, e a segunda etapa do programa (PAC2), lançado em 2011, projetam um total de 345 empreendimentos de geração de energia, que incluem 41 usinas hidrelétricas, 13 pequenas centrais hidrelétricas e outros 23 estudos e inventários de aproveitamentos hidrelétricos, além de usinas termelétricas e eólicas. Na Amazônia estão sendo construídas 18 usinas hidrelétricas de médio e grande porte, que irão concentrar a maior parte da capacidade instalada em usinas hidrelétricas construídas pelo PAC (BRASIL, 2013).

Os projetos de usinas hidrelétricas de grande porte na Amazônia são os que acarretam em maiores impactos sócioambientais e, conseqüentemente, em maior polêmica. A usina hidrelétrica de Belo Monte se tornou o caso emblemático de impactos, conflitos e resistência contra hidrelétricas na Amazônia, entretanto, esta é apenas uma das 18 usinas hidrelétricas que serão construídas na Amazônia e que estão ou irão causar tantos impactos, conflitos e movimentos de resistência como Belo Monte.

Cabe destacar aqui dois outros grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia, sem, com isso, pormenorizar as tantas outras hidrelétricas que estão ou que serão construídas. O primeiro deles é o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia, que contará com duas grandes usinas: Jirau e Santo Antônio, que somadas terão a capacidade instalada de cerca de 6.900 megawatts. O segundo é o Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós, que em toda a sua bacia hidrográfica possuirá 11 médias e grandes usinas hidrelétricas, com capacidade instalada total de mais de 10 mil megawatts, nos estados do Pará e Mato Grosso (BRASIL, 2013).

Os detalhes técnicos e os impactos sócioambientais de cada usina hidrelétrica que está sendo construída na Amazônia são de extrema importância para compreender os conflitos que envolvem estes empreendimentos, entretanto, este texto se debruça, a partir de então, sobre o entendimento da razão pela qual tais usinas hidrelétricas estão sendo construídas. Existem inúmeros trabalhos técnicos e científicos que estabelecem parâmetros e reflexões suficientemente contundentes para comprovar o verdadeiro desastre socioambiental que a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia causa. Philip Fearnside, pesquisador do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), por exemplo, critica o uso do termo “energia limpa” no que se refere às hidrelétricas, pois, segundo ele, as hidrelétricas são grande fonte poluidora através da emissão de gases do efeito estufa.

Apesar da extensão dos estudos acerca da problemática socioambiental que envolve as usinas hidrelétricas na Amazônia, porque o Estado ainda insi em construir tais hidrelétricas? Porque a população em geral, apesar de muitos terem consciência dos impactos gerados por hidrelétricas, ainda se demonstra a favor da construção destes empreendimentos? Porque a construção de hidrelétricas é prioritária em detrimento da utilização de outras formas de produção de energia, como a solar e a eólica? É a partir da resposta a estas questões que é possível orientar a discussão no sentido de desconstruir a falácia que envolve os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia. Para compreender os conflitos e a resistência de determinados grupos populacionais às usinas hidrelétricas na Amazônia é necessário pensar tais empreendimentos não só da perspectiva de seus impactos sócioambientais, mas, sobretudo e inicialmente, o motivo pelo qual se constroem novas usinas hidrelétricas.

A estratégia de marketing do Governo Federal inclui a ideia de que a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia é necessária para garantir o abastecimento energético das residências e, assim, garantir o conforto e bem estar da população. Desta forma, o Governo Federal conquista a opinião pública a favor do desenvolvimento de empreendimentos

ligados ao setor energético, de forma que os impactos sócioambientais passem a ser entendidos como “um preço a se pagar” para perpetuar o modo de vida nas cidades. A crescente demanda de energia elétrica para o consumo residencial é real, entretanto, o que suplanta estes argumentos é o fato de esconderem a verdadeira razão pela qual se torna necessário ampliar a produção de energia elétrica em tamanha proporção. O setor industrial, que consome cerca de 44% da energia elétrica produzida no Brasil, é o que apresenta o maior aumento da demanda energética em números absolutos. A grande participação da indústria no consumo de energia e em sua crescente demanda é resultante da participação expressiva de indústrias eletrointensivas, ou seja, que consomem uma grande quantidade de energia elétrica no processo produtivo. Os grandes consumidores industriais de energia elétrica são os produtores de alumínio, alumina, aço, ferroligas, cobre, cimento, papel, celulose, eteno, soda-cloro, extração de bauxita, entre outros, conforme demonstra o Gráfico 1 (BRASIL, 2011).

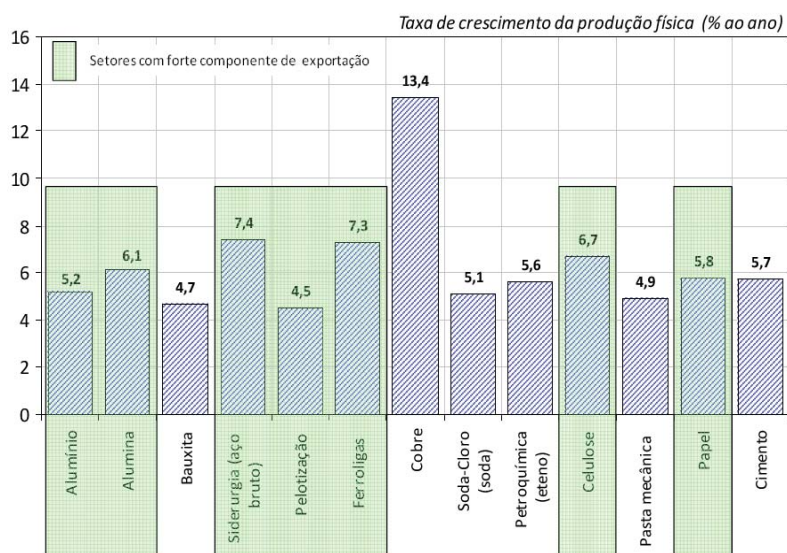


Gráfico 1: Indústrias eletrointensivas: expansão da produção física, 2010-2020. Fonte: Brasil, 2011.

Somente as indústrias eletrointensivas consomem cerca de 30% da energia elétrica produzida no Brasil, grande parte subsidiada pelo Estado como forma de incentivo para a instalação destas empresas no País. Além de pagar menos pela energia, o setor industrial eletrointensivo gera poucos empregos, se comparado com outros tipos de indústria, e é dominado por transnacionais, que remetem seus lucros para os países de origem (BERMANN, 2002). Tais indústrias ainda são responsáveis por graves problemas sócioambientais, pois, ou estão envolvidas com a mineração, como a extração de bauxita, produção de alumínio, aço, cobre e cimento, ou necessitam de grandes áreas de plantio, como ocorre com a indústria de papel e celulose, além de gerarem grande quantidade de rejeitos químicos e resíduos sólidos e utilizarem grande volume de água no processo produtivo. O setor industrial eletrointensivo possui ainda um forte componente de exportação, ou seja, em sua maioria, exporta a maior parte de sua produção, conforme representado no Gráfico 1. Portanto, estes setores da indústria se consolidam como grandes exploradores dos recursos naturais, da mão de obra e de recursos e infraestrutura pública brasileira, já que são dominados por multinacionais, consomem grande parte da energia

elétrica produzida, recebem energia subsidiada, provocam graves problemas ambientais, destinam a maior parte de sua produção à exportação e geram poucos empregos.

Apesar de tamanha exploração do País por tais empresas, em uma relação comparável a de colonialismo, o Governo Federal, estados e municípios ainda continuam buscando formas de atrair indústrias eletrointensivas para o Brasil, enquanto muitos países já baniram estes tipos de indústria de seus territórios, justamente pelo prejuízo social, ambiental e econômico que causam. A elevação do PIB e das exportações é o principal argumento para aceitar a instalação de tais empresas no Brasil, em contrapartida, o Estado precisa fornecer as condições mínimas para a instalação das mesmas, principalmente infraestrutura, como estradas, ferrovias, portos e energia, principais aportes do PAC. Portanto, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia visa, majoritariamente, suprir a crescente demanda destas indústrias que estão se instalando e se expandindo no País. Diante da intrínseca relação entre a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e a expansão de indústrias eletrointensivas, a participação de empresas ligadas direta, ou indiretamente, às indústrias eletrointensivas na composição acionária dos consórcios construtores das principais usinas hidrelétricas na Amazônia, através do PAC, se tornou recorrente, conforme apresenta o Quadro 1.

Usina Hidrelétrica	Consórcio Construtor	Composição Acionária	%	Setor de atuação dos acionistas diretos / indiretos
Estreito	Consórcio Estreito Energia	GDF Suez Vale Alcoa Intercement - Camargo Corrêa Energia	40,07% 30% 25,49% 4,44%	Energia Mineração Alumínio Energia/Construção civil
Belo Monte	Norte Energia S.A.	Eletronorte Eletrobrás Chesf Petros Funcef Neoenergia CEMIG e Light Vale Sinobrás J Malucelli Energia	20% 15% 15% 10% 10% 10% 10% 9% 1% 0,25%	Energia Energia Energia Fundo de pensão/Petrobrás Fundo de pensão/Caixa Energia/Banco do Brasil Energia Mineração Siderurgia Construção civil/outros
Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	GDF Suez Eletrosul Chesf	60% 20% 20%	Energia Energia Energia
Santo Antônio	Santo Antônio Energia S.A.	Eletrobras Furnas Caixa/FIP - Amazônia Energia Odebrecht Energia Andrade Gutierrez CEMIG	39% 20% 18,6% 12,4% 10%	Energia Fundo de pensão/Caixa Energia/Construção civil Construção civil Energia
Teles Pires	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A	Neoenergia Eletrobras-Eletrosul Eletrobras-Furnas Odebrecht Energia	50% 24,5% 24,5% 0,9%	Energia/Banco do Brasil Energia Energia Energia/Construção civil

Quadro 1: Composição acionária dos consórcios construtores de hidrelétricas na Amazônia. Fonte: Sites dos consórcios construtores.

A composição acionária dos consórcios construtores das usinas hidrelétricas possuem empresas ligadas diretamente a atuação de indústrias eletrointensivas, conforme verificado no Quadro 1. Entretanto, as empresas da construção civil também beneficiam-se diretamente participando na construção das usinas hidrelétricas e indiretamente através dos materiais utilizados na construção civil (cimento e aço), que provem de indústrias

eletrointensivas. Existem ainda os fundos de pensão de bancos, que financiam atividades das indústrias, e da Petrobrás.

Os atuais debates acerca da expansão da produção de energia elétrica envolvem, também, as fontes alternativas de geração de energia, como o aproveitamento eólico e solar. Entretanto, apesar da evolução tecnológica permitir atualmente o aproveitamento de diversas outras fontes de energia, as grandes usinas hidrelétricas continuam sendo preteridas em detrimento de alternativas menos impactantes e polêmicas. A lógica do modo de produção capitalista é que alimenta os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia, com base na prerrogativa de produção de energia de baixo custo e maior competitividade econômica para o desenvolvimento de indústrias no País. O Quadro 2 revela a razão pela adoção de projetos de grandes usinas hidrelétricas, já que o custo de produção do megawatt-hora é diversas vezes inferior do que o de outras alternativas de produção de energia.

Fonte	Preço em R\$/MWh
Usina Hidrelétrica de Grande Porte	75,00
Usina Hidroelétrica de Médio Porte	115,00
Usina Termonuclear	150,00
Usina Térmica a Gás Natural	210,00
Usina Eólica	270,00
Usina Térmica a Carvão	277,00
Usina Térmica a Óleo Combustível	643,00
Usina Térmica a Óleo Diesel	772,00
Usina Solar Fotovoltaica	1.827,00

Quadro 2: Custo de produção de energia de fontes diversas.

Fonte: Montalvão, 2009.

A necessidade de produção de energia elétrica de baixo custo é uma exigência das indústrias em expansão no País, principalmente as eletrointensivas, que necessitam de grande quantidade de energia. Construir grandes usinas hidrelétricas é garantir a competitividade das indústrias eletrointensivas instaladas no Brasil em nível global e, assim, assegurar a expansão dos índices de crescimento econômico, sem, no entanto, garantir as mesmas vantagens para a população, já que, a energia elétrica fornecida a essas indústrias é subsidiada enquanto o consumidor residencial continua pagando tarifas que sofrem constantes aumentos.

O crescimento econômico é pautado na maior inserção do Brasil na estrutura produtiva global, principalmente através dos setores da indústria extrativa mineral, siderurgia e de papel e celulose, que demandam grande quantidade de energia elétrica. A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, como requisito fundamental para o desenvolvimento econômico, tem sua equivalência demonstrada no crescimento do PIB. Estima-se que para cada 1% de crescimento do PIB o consumo de energia elétrica aumente em 1.000 MW. A projeção da demanda de energia elétrica de 2010 a 2020 é feita com base na estimativa de 5% de crescimento do PIB ao ano, o que resultaria em 5.000 MW a mais de consumo ao ano e, conseqüentemente, em um aumento da demanda de cerca de 50.000 MW entre 2010 e 2020 (BRASIL, 2011). Com base nestas projeções, ao se somar a capacidade instalada dos maiores projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia (Belo Monte - 11.233,1 MW, Santo Antônio - 3.150,4 MW, Jirau - 3.750 MW e Complexo Tapajós - 10.682 MW), o que resulta em um total de 28.815 MW, constata-se que o aumento da geração de energia proporcionado pelos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia seria suficiente para sustentar menos de 6 anos de crescimento do PIB. Estes dados

revelam a fragilidade e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, que continua a perseguir o ideário de desenvolvimento dos países hegemônicos e ignorar os problemas ambientais e sociais decorrentes da perpetuação deste modelo.

Consequências sócioespaciais

O conjunto de investimentos do poder público em infraestrutura previstos no PAC, principalmente com a geração e transmissão de energia e a recuperação e pavimentação de rodovias, faz parte da política de desenvolvimento econômico adotada pelo Estado. O discurso que envolve este modelo de desenvolvimento é incorporado pela população em geral, que passa a observar tais transformações com certa euforia. É inegável que a população também será beneficiada por estas obras de infraestrutura, entretanto, os benefícios ocorrem em menor grau e proporção se comparados aos ganhos do setor produtivo/especulativo que é o verdadeiro interessado no negócio.

A questão escamoteada nas obras de infraestrutura e integração que estão sendo realizadas na Amazônia é a modificação de territorialidades clássicas, em especial das populações que vivem na/da floresta. O atual processo de re-organização do espaço na Amazônia visa integrar essa porção do território nacional aos circuitos produtivos, mas, com isso, modifica territorialidades preexistentes. As grandes obras de infraestrutura são realizadas sem nenhuma preocupação efetiva com o tecido social envolvido ou provisão de serviços para a população em seu entorno. A estratégia de implantação desses empreendimentos envolve prioritariamente a sua rápida conclusão para atender aos anseios do poder hegemônico. Com isso, os eixos estratégicos de logística se tornaram novos elementos de organização do espaço no âmbito do capitalismo. A inserção do capital não ocorre mais nas unidades político-administrativas clássicas (regiões, estados e municípios), que deram lugar a uma nova unidade político-territorial, a uma nova geopolítica, que passa a ter como elemento fundante as obras de infraestrutura e integração.

Atualmente, são as rodovias, ferrovias, hidrovias, geração e transmissão de energia, entre outros, os elementos capazes de (re)organizar o espaço de acordo com uma lógica territorial nacional/global. No entorno destes eixos estratégicos de logística e desenvolvimento econômico os circuitos produtivos se instalam e se ampliam, conforme as vantagens competitivas que o local oferece. Os incentivos fiscais, subsídios, créditos e financiamentos são facilitados pelo Estado conforme estratégias de ocupação do espaço e organização de circuitos produtivos, em uma clara e evidente associação entre o capital privado e público, entre o Estado e o empresariado.

Neste contexto de associação do público com o privado os atores possuem papéis claros e bem definidos. O Estado é o responsável pelo provimento de infraestrutura e créditos, através da construção de hidrelétricas, rodovias, hidrovias, ferrovias, redes de transmissão de energia e empréstimos/subsídios através do BNDES e do Banco do Brasil. O setor privado se encarrega da construção, exploração e utilização destes recursos para ampliar a acumulação capitalista e gerar índices favoráveis à sustentação do bom cenário econômico brasileiro, calcado no crescimento do PIB, exportações, consumo, empregos, entre outros. Essa estratégia demonstra como pode ser equivocada a ideia difundida por alguns autores da não intervenção do Estado na economia, e demonstra a forte participação do mesmo nas decisões econômicas estratégicas, como elemento fortalecedor do mercado e da organização espacial.

A construção de hidrelétricas nos rios da Amazônia irá alterar configurações territoriais e modos de vida, com maior intensidade do que em outras regiões do País. Os rios, principal via de circulação de pessoas, transporte de mercadorias e fonte de alimento, trabalho e renda para grande parte da população da Amazônia, sofrerão alterações irreversíveis, prejudicando, diretamente, inúmeros grupos populacionais que residem em suas margens.

Devido à importância da navegação nos rios da Amazônia, as principais cidades localizam-se à beira dos mesmos. Entretanto, com a pavimentação de rodovias, um novo padrão de organização espacial e de circulação está surgindo. As cidades instaladas junto às rodovias, e sem ligação por rios, estão apresentando maior incremento populacional e o surgimento de diversas atividades produtivas. Com a construção de hidrelétricas os grupos populacionais instalados às margens dos rios serão obrigados a se deslocar para assentamentos precários, em locais afastados dos rios, ou nas periferias das cidades já existentes.

Portanto, a profusão de eventos associados à construção de hidrelétricas na Amazônia deve ser investigada de forma a evidenciar o caráter perverso do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, cujas grandes obras de infraestrutura tendem a beneficiar com maior intensidade o grande capital e causar severos prejuízos à população. O novo padrão de organização sócioespacial na Amazônia, que desloca as principais vias de circulação dos rios para as rodovias, tende a agravar problemas sócioambientais, com a aceleração do processo de desmatamento e a degradação do modo de vida das populações ribeirinhas.

Autoritarismo e repressão: a ditadura do capital

A adoção de um modelo de desenvolvimento, atrelado à lógica do capitalismo global, pelo Estado brasileiro, implica na adoção de medidas capazes de atrair capital internacional e atender às necessidades da perpetuação e desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para tanto, o orçamento do Estado é direcionado à manutenção deste modelo, que beneficia, majoritariamente, grandes empresas nacionais e transnacionais, consolidando um poder hegemônico composto por empresários, políticos e grandes proprietários de terra, envolvidos em uma complexa rede política.

Para garantir a hegemonia dos atores envolvidos na condução dos projetos políticos para o Estado, cria-se uma ideologia em torno da inserção da economia no processo de globalização. A difusão de uma ideologia dominante serve para coagir as pessoas e inseri-las no sistema, alimentando um imaginário da globalização como a grande virtude da sociedade moderna. Nesse sentido, existe uma profusão de ideias, inerentes à globalização, sustentando a sensação de liberdade, tolerância e democracia, mas que, em sua essência, revelam um rigoroso sistema de posturas e comportamentos, conforme afirma Santos (2000):

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (SANTOS, 2000. p.45).

Nesse sentido, o autoritarismo e a repressão tornam-se instrumentos de controle e atuação do sistema político na imposição dos projetos criados para manter e expandir os circuitos produtivos capitalistas. A consolidação de um poder hegemônico resulta em sua atuação dominante, desenvolvendo estratégias permanentes para a ascensão e manutenção do poder. Para tanto, são utilizados mecanismos autoritários e repressivos àqueles que demonstram oposição à expansão do modelo de desenvolvimento nacional/global. Nesse sentido, o Estado tem se mostrado como um dos principais agentes repressivos a grupos populacionais contrários à instalação de hidrelétricas na Amazônia, impondo diretrizes políticas traçadas verticalmente, sem a participação de populações que serão afetadas por estes empreendimentos nas decisões que versem sobre sua instalação.

O Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, chegou a intitular como “demônios” os opositores à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em uma clara expressão

de intimidação, desmoralização e criminalização dos movimentos sociais de oposição ao atual modelo hegemônico (CARVALHO, 2011). Da mesma forma, a mídia, em sua maior parte, apresenta os conflitos que envolvem as usinas hidrelétricas na Amazônia de forma imparcial, criminalizando os movimentos sociais e enfatizando o atraso e o encarecimento das obras causado pelas paralisações, em uma nítida intenção de subverter a opinião pública à oposição aos movimentos sociais, criando, assim, um clima desfavorável aos protestos contra a instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia. A presença frequente da Força Nacional, Exército e Polícia Federal em áreas necessárias a implantação destes projetos também revela o caráter autoritário e repressor do Estado. Nos canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, o uso da força policial para conter manifestações de trabalhadores e de movimentos sociais contrários à instalação das hidrelétricas foi recorrente.

Diante da superação de conflitos da fase inicial de construção das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, atualmente, as atenções se voltam às polemicas que envolvem a instalação de usinas hidrelétricas no Rio Tapajós. Existem mais de 30 comunidades e diversas aldeias indígenas da etnia Munduruku ao longo do Rio Tapajós que serão afetadas pela construção de usinas hidrelétricas. Após um trabalho intensivo de cooptação da empresa Diálogo Tapajós, contratada pela Eletrobrás, algumas comunidades, que antes eram contra a construção de hidrelétricas, passaram a se apresentar a favor dos empreendimentos. Os principais argumentos utilizados para convencer as comunidades são o desenvolvimento, as oportunidades de trabalho e as melhorias nas condições de vida. A precariedade no acesso a serviços públicos, como: saúde, educação, energia elétrica, entre outros, são elementos que facilitam a aceitação de iniciativas possivelmente danosas às comunidades, mas que possam oferecer uma contrapartida mínima. Há relatos de alguns moradores das comunidades ao longo do Rio Tapajós da distribuição de motores para barcos e outros “presentinhos”, que representariam uma forma de “comprar” as comunidades.

Apesar da cessão de comunidades aos projetos do Governo Federal, os indígenas da etnia Munduruku ainda permanecem resistentes à instalação usinas hidrelétricas e vêm protagonizando uma série de conflitos com o Governo Federal. A polêmica envolvendo os índios Mundurukus gira entorno da consulta prévia e informada aos povos indígenas acerca da instalação de usinas hidrelétricas que afetem seus territórios e modo de vida, um acordo estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário (OIT, 2009). Entretanto, o Governo Federal vêm desrespeitando este tratado internacional ao permitir o início do processo de instalação das usinas hidrelétricas no Rio Tapajós, sem antes realizar a consulta aos povos indígenas.

Para facilitar o licenciamento ambiental e acelerar a implantação das usinas hidrelétricas no Rio Tapajós, a presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória n.º. 558, em janeiro de 2012, que se transformou em lei em junho do mesmo ano, excluindo 75 mil hectares, que podem ser alagados com a construção de barragens, de Unidades de Conservação. A decisão foi repudiada por técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério Público Federal ingressou com uma ação na justiça alegando inconstitucionalidade no ato. Após a desafetação nas áreas excluídas das Unidades de Conservação, aumentou significativamente o desmatamento e a atuação de garimpeiros e madeireiras (BARROS, 2012).

Em outra medida arbitrária e repressiva o Governo Federal enviou 250 militares para garantir “à força” a realização dos estudos referentes à implantação das usinas hidrelétricas no Rio Tapajós. A presença de militares da Polícia Federal, Exército e Força Nacional gerou grande tensão entre os indígenas e uma batalha judicial, em que o Ministério Público tentou, por várias vezes, interromper a operação militar até que fosse realizada a consulta aos povos indígenas.

Diante dos conflitos que a implantação de hidrelétricas na Amazônia está gerando, é possível concluir que há um claro conflito de interesses da sociedade e das instituições representativas da sociedade, contra os projetos políticos do Governo Federal. Trata-se de um jogo de forças, onde o Governo Federal tenta, a qualquer custo, implantar as usinas hidrelétricas projetadas para a Amazônia e, para isso, viola a Constituição e os direitos humanos, no que tange à consulta prévia. Para Becker (2004) esses conflitos se findam na oposição entre interesses privados de um lado, que visam o lucro com a apropriação dos recursos da Amazônia, e do outro os interesses sociais, ambientais e coletivos, que encaram a floresta e as terras da Amazônia como bens públicos.

A ascensão do governo petista, que se demonstrava como a maior expressão da democracia e da participação popular no cenário político brasileiro, acabou se transformando em instrumento autoritário para a consolidação dos interesses dos grandes grupos empresariais, do capital financeiro e dos latifundiários, a partir da popularidade alcançada pelos governos de Lula e Dilma. Tamanha popularidade é entendida como autonomia total de decisões, ou como Diniz (2013) compara, a um cheque em branco, que o povo teria dado ao governo para que atuasse da forma que achasse mais conveniente. O autoritarismo na política nacional adotada pelo Estado e a repressão imposta aos discordantes dos projetos desenvolvimentistas revela uma ditadura do capital, onde o poder hegemônico sob a lógica capitalista nacional/global impõe, a qualquer custo, os auspícios da globalização neoliberal que domina o cenário político brasileiro.

Considerações finais

As prerrogativas apresentadas têm o objetivo de desconstruir o discurso de desenvolvimento adotado pelo Estado. Isso se faz necessário, pois o marketing governamental é pautado na ideia de desenvolvimento com distribuição de renda e redução da pobreza, através de slogans como: “Brasil um País de todos” e “País rico é País sem pobreza”, entretanto, os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia beneficiam massivamente os setores hegemônicos da economia e proporcionam grandiosos impactos sócioambientais. Desta forma, fica clara a intencionalidade do discurso desenvolvimentista do Estado em promover a maior aceitação da construção de hidrelétricas na Amazônia. Desenvolvimento se tornou a palavra chave de qualquer discurso político-partidário no Brasil e reflete diretamente nas ações promovidas pelos agentes públicos, que primam pelos interesses empresariais, acreditando, ou se fazendo acreditar, na melhoria da qualidade de vida da população como um todo, através do desenvolvimento de atividades produtivas capitalistas.

Carvalho (2011) alerta para a armadilha político-ideológica em que se transformou o discurso desenvolvimentista, que se tornou parâmetro para qualquer debate envolvendo diretrizes para o futuro das nações, ou ainda, quando se pensa em algo para além do desenvolvimento é sob a perspectiva de sustentabilidade, que em nada exclui o discurso desenvolvimentista, mas apenas o travesti. Diante das armadilhas político-ideológicas é necessário muito cuidado ao se realizar análises acerca das questões que envolvem a implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia para evitar simplificações ou reducionismos. Por isso, é importante se ater, antes de mais nada, à reflexão acerca dos motivos pelos quais as hidrelétricas estão sendo construídas na Amazônia e não suas consequências. Parte-se do pressuposto de que não são os impactos das usinas hidrelétricas na Amazônia a razão pela qual se constituem, única e exclusivamente, os enfrentamentos, mas sim o projeto de governo que continua a vislumbrar a Amazônia como fonte de recursos, sem respeitar a sua população e os ecossistemas. Desta forma, pretende-se a desconstrução do atual discurso proferido pela associação público-privada, que invade os

congressos, encontros, conferências, feiras, mídia, entre outras formas de difusão de um falso modelo sustentável de desenvolvimento, calcado apenas na consolidação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de atividades produtivas que estimulem o crescimento dos índices econômicos nacionais.

Por fim, este artigo pretende ser mais do que apenas mais um texto contributivo à produção acadêmica. A continuidade no desenvolvimento de novas análises poderá revelar o mito do desenvolvimento e progresso que se esconde por trás do discurso das hidrelétricas “do bem” podendo servir de instrumento de luta para as populações afetadas por estes empreendimentos na pressão por políticas públicas que garantam a manutenção de seu modo de vida.

Referências

- BARROS, Carlos Juliano. *Arquitetura da destruição*. Disponível em: <<http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/arquitetura-da-destruicao/>>. Acesso em: 07 de Dezembro de 2012.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BERMANN, Célio. *Energia no Brasil: Para Que? Para Quem?* São Paulo: Livraria da Física, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos*. Brasília, 2011.
- _____. *Programa de Aceleração do Crescimento 2: 2011-2014 1º Balanço*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/2011-nacionais>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2011.
- _____. Eletrobrás. *Um novo conceito em hidrelétricas*. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com>>. Acesso em: 22 de Março de 2012.
- _____. Ministério do Planejamento. *PAC2*. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 5 de Julho de 2013.
- DINIZ, João Rafael. *Contra armas não há argumentos*. Disponível em: <<http://candidoneto.blogspot.com.br/2013/03/contra-armas-nao-ha-argumentos.html>>. Acesso em: 9 de Abril de 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MONTALVÃO, Edmundo. *Impacto de tributos, encargos e subsídios setoriais sobre as contas de luz dos consumidores*. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal, 2009.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.